

Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) da PRT 21ª Região

ATA DE REUNIÃO

Assunto	Reunião de Acompanhamento Tático – Resultados do segundo semestre do ano de 2022.
Data	16 de março de 2023 às 14: horas
Participantes	Procurador-Chefe: Luis Fabiano Pereira Assessor em Planejamento Estratégico: Gilmar dos Santos Melo

Relatório e Encaminhamentos do PGU – Segundo Semestre de 2022

Iniciada a reunião, o Procurador-Chefe assinalou que o atraso na realização da Reunião de Acompanhamento Tático - RAT deveu-se, sobretudo, à acumulação de tarefas enfrentadas pelo Gabinete e demais ofícios durante todo ano de 2022. Ademais, a atual situação de tumulto social¹, prejudicou as reuniões prévias agendadas para os dias antecedentes, de forma que, para não se ter o adiamento da presente RAT, a apresentação dos resultados das iniciativas estratégicas concentrou-se na análise do inteiro teor do Plano de Gestão da Unidade – PGU em face da planilha que apresenta o desenvolvimento das iniciativas dos GAETs, convertida em anexo da presente RAT.

Ademais, tendo-se o encerramento do expediente presencial às 13 horas², em todas as unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região, considerando os ataques violentos a órgãos públicos e transporte público ocorridos desde o dia 14/03/2023, em vários municípios do Rio Grande do Norte, a presente Reunião de Acompanhamento Tático foi realizada por audioconferência., tendo os participantes compartilhado os arquivos necessários através do envio de e-mails, alcançando, através desta iniciativas, os debates e os entendimentos necessários à realização da RAT.

Nestes termos, ao analisar a planilha de metas e projetos, o Procurador-Chefe destaca que, muito embora a RAT não tenha sido realizada no prazo regimental, as iniciativas estratégicas mantiveram o ritmo de execução esperado, obtendo-se resultados satisfatórios dentro da quadra temporal. Assim, por exemplo, a licitação e construção da obra da PTM Mossoró, apesar dos desafios técnicos e da necessidade de mobilização de vários servidores, foi concluída e obteve considerável êxito no que se refere a economia de verbas públicas, estando a obra com sua execução dentro daquilo que foi inicialmente planejado. Assim, espera-se que em breve a PRT 21ª Região não tenha mais dispêndio com aluguéis, tendo sede própria em todas suas três representações no território potiguar, atendendo a Ação Estratégica de Âmbito Nacional “INN 089”.

¹ Nos últimos dois dias as principais cidade do Rio Grande do Norte foram alvo de atentados realizados por “organização criminosa” que resultou em danos ao patrimônio público e privado, exigindo a suspensão do expediente presencial no Ministério Público do Trabalho no RN

² Portaria n. 030 de 16 de março de 2023.

Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) da PRT 21ª Região

Ademais, destacou o Procurador-Chefe, que os GAETs apresentaram, em sua maioria, resultado, dentro do gradiente esperado e, em algumas situações, as iniciativas superaram as estimativas iniciais, a exemplo da execução do projeto MPT na Escola que, além de exitoso, mostrou capacidade de ampliação nos semestres do corrente ano de 2023. Ademais a iniciativa de “Trabalho no Sistema Prisional” alcançou sucesso na aprovação de Decreto Estadual para cotas de pessoas presas e egressos do sistema prisional, além de articulação para apresentação de Projeto de Lei para instituição do Fundo Rotativo Penitenciário para viabilizar atividades produtivas, culminando com a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta Estrutural

Doutra ponta, o Procurador-Chefe também destacou o sucesso da contratação de aprendizes e estagiários, sendo que, neste último caso, percebeu-se uma grande rotatividade dos estagiários da área jurídica, momento que o Assessor Gilmar Melo, explicou que tal movimento é esperado, pois geralmente os estagiários com melhor colocação na seleção são exatamente aqueles que já estão perto de sua colação de grau, o que ocasiona num curto período de estágio, resultando no chamamento de toda lista de aprovados, desencadeia novo processo seletivo a cada ano.

Ainda analisando as metas alcançadas, o Procurador-Chefe destacou, no âmbito das iniciativas estratégicas, as medidas voltadas ao enfrentamento da epidemia de COVID-19, tendo esta Regional assumido papel de destaque ao promover, através de destinações financeiras, a aquisição de insumos hospitalares usados em Unidades de Saúde Pública já nos primeiros meses em que o avanço do número de contaminados mostrou-se evidente.

Continuando na análise das metas descritas na planilha, os participantes consideraram que, no que se refere a ação estratégica “Realização de palestras e demais eventos voltados à preservação da saúde e segurança no ambiente laboral” os resultados foram alcançados mediante a cessão do auditório desta repartição pública para a realização de eventos, por entidades parceiras, que trataram do tema acima, sendo aventada a possibilidade de, ainda no ano de 2023, ser realizado evento capitaneado pelo MPT.

No que se refere a “Criação de Ciclo de palestras com temática jurídica com o objetivo de divulgar a atuação do MPT” o assessor Gilmar Melo esclareceu que será necessário reavaliar a conveniência e oportunidade de tal iniciativa, uma vez que a “Quinta Jurídica”, evento criado pela Justiça Federal no RN e que inspira o ciclo de palestras no MPT, tem sofrido com a baixa audiência e participação presencial. Assim, o assessor solicitou prazo para apresentar justificativa para a manutenção ou cancelamento desta iniciativa, concordando o Procurador-Chefe com a necessidade de maior reflexão sobre o tema.

Quanto a “Instalação da Comissão de Conciliação no âmbito administrativo” detectou-se que, nos últimos anos, a demanda por tal iniciativa mostrou-se diminuída, muito em parte pela falta de conflitos internos e da ausência de divergência relevantes na execução de contratos de empresas prestadoras de serviço, de forma que também será necessária avaliação da pertinência da manutenção desta iniciativa no correr do presente ano de 2023.

Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) da PRT 21ª Região

Os participantes acusaram que a falta de “cobertor orçamentário” prejudicou a implantação de algumas iniciativas tais como: instalação de painéis solares, contratação de serviço digital de acesso à jurisprudência, virtualização do memorial institucional, Planejamento e Construção do Espaço de Convivência e Integração – ECI. Tais iniciativas não devem ser canceladas, mas reavaliadas mediante a disponibilização orçamentária surgida no período de vigência do PGU.

De toda forma, no que se refere à segurança institucional, a despeito das limitações orçamentárias, foi possível a realização do projeto Executivo e a construção de sala de treinamento para o desenvolvimento da segurança institucional, com as novas exigências estabelecidas pela Resolução CNMP 156/2016. Na atualidade, os setores administrativos já se empenham na aquisição de material para equipar esta sala e estuda-se a “Aquisição de uniforme administrativo dos Agentes de Segurança Institucional nos termos da Portaria PGT. nº 158/2016”, iniciativa inclusa no PGU desta unidade do MPT.

Doutra ponta, a atividade finalística obteve apoio com a conclusão da iniciativa voltada a “Nomeação de Engenheiro de Segurança do Trabalho para realização de perícias técnicas solicitadas pelos ofícios” e a Criação das secretarias dos ofícios de 1º grau.

Já a iniciativa de Criação de Banco de dados para coleta de conhecimentos e dos materiais adquiridos com ações externas de treinamento nos termos do art. 20 da Portaria PGR nº 198/2011 pode ser implementada ainda neste semestre, pois sua execução parece exigir apenas a edição de Ato Normativo (Portaria) e a reserva de espaço virtual para armazenamento de conteúdo.

Mostrou-se relevante destacar, na execução do PGU, as “iniciativas verdes” que, em alguma proporção, atenderão a chamada “dimensão objetiva do direito fundamental ao meio ambiente sadio”, dando-se concreção ao “o princípio do desenvolvimento sustentável constante dos artigos 3º, 170, VI, 225 da Constituição Federal. Assim, inclui-se nas metas estratégicas ambientais a conclusão das seguintes iniciativas: a assinatura de convênio para a coleta de material de reciclagem, a doação de bens que completaram seu ciclo de usabilidade no MPT, a renovação da frota com adoção de veículos com menor emissão de gases poluentes e a diminuição de impressões, mediante o controle realizado pelas “ilhas de impressão”.

Ainda analisando a planilha de metas e ações estratégicas, percebeu-se que, apesar da maioria dos projetos terem alcançado o progresso esperado, o “Projeto MPT Mediador” não foi posto em marcha de forma que o Procurador-Chefe solicitou que a Assessoria em Gestão Estratégica buscasse maiores informações sobre o referido projeto juntos aos Coordenadores(as) dos GAETs.

Dada a palavra ao Assessor em Gestão Estratégica - AGE foi dito que a acumulação de atribuições foi desafiadora, endossando que, apesar das dificuldades, o PGU se manteve

Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) da PRT 21ª Região

em execução, reconhecendo, todavia, que algumas ações estratégicas não se mostraram viáveis, sendo esta oportuna a reflexão sobre o cancelamento, a modificação ou a manutenção das ações inicialmente projetadas no PGU, conforme as considerações acima registradas.

Os participantes destacaram que, no âmbito desta reflexão, após a realização da última reunião colegiada dos Membros e Membras foi decidida a alteração do Projeto Regional. Assim, através do Ofício n.125.2023 foi encaminhado o novo Projeto Regional referente as quotas de aprendizagem, sendo realizado peticionamento eletrônico no PGEA 20.02.0600.0001885/2021-72 em 17 de fevereiro de 2023.

O Procurador-Chefe registrou que a alteração do Projeto Estratégico Regional foi medida que se impôs diante da limitação orçamentária e de pessoal. Assim, solicitou que o novo Projeto Regional tenha sua execução priorizada de forma a se alcançar os objetivos propostos e, se possível, superar as metas inicialmente estabelecidas.

O AGE relatou que o novo Projeto Regional já conta com ofício encaminhado à SRTE solicitando dados cadastrais que serão utilizados na formação da demanda do Projeto Regional.

Ademais, o assessor Gilmar Melo, relatou que já tem colecionado novas iniciativas estratégicas que podem ser objeto do próximo PGU, relatando que uma delas se refere a criação de rotina específica para o setor responsável pela recepção de notícias de fato apresentadas presencialmente, adotando-se roteiro de perguntas escalonadas na entrevista inicial do trabalhador(a) para melhor detecção de demandas coletivas, pertinentes à atuação finalística do MPT.

Ademais, sugeriu que com a vigência da nova Lei de Licitação (Lei 14133/2021) avalie-se a adoção de licitações sustentáveis, que. “com isonomia, visam a seleção de proposta mais vantajosa para Administração Pública, ponderados com a máxima objetividade possível, os custos e benefícios, diretos e indiretos, sociais, econômicos e ambientais.”³

Na oportunidade, o Assessor em Gestão Estratégica informou que realizou treinamento sobre a nova Lei de Licitação (Lei 14.133/2021) e espera aditar seus conhecimentos com futuro curso promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, completando, assim, mais uma meta prevista no atual PGU.

Finalizando sua participação o Assessor em Gestão Estratégica relatou que, ainda no que se refere às iniciativas estratégicas, existe demanda para que ocorra treinamento voltado a “Colheita de Provas Digitais e sua Custódia”, uma vez que cada vez mais os elementos de convicção, em processos judiciais, são obtidos através de provas geradas por meios eletrônicos tais como: e-mails, vídeos, relatórios em sistema de ponto eletrônico,

³ FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p.268-269.

Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) da PRT 21ª Região

mensagens em aplicativos etc. Assim, com o incremento das provas digitais é necessário treinamento específico para a colheita e análise adequada do elemento probatório, evitando-se a invalidação de “provas digitais” pelo Poder Judiciário e conforme decisões já publicadas pelo Tribunais de Superposição (vide STJ. 5ª Turma. RHC 143169/RJ, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Rel. Ac. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 7/2/2023 (Info 763)

No que se refere ao treinamento acima, a AGE já mantém contato com membro atuante no Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do RN - GAECO-RN que poderá promover a instrução necessária, além de outros cursos relacionados à área de inteligência e de combate às fraudes.

O Procurador-Chefe concorda com a sondagem de novas ações estratégicas, desde que tal processo não prejudique a cadência de conclusão das iniciativas contidas no PGU vigente, devendo o AGE realizar análise periódica e voltada à indução da conclusão das metas que se mostrarem possíveis.

Ao final, os participantes registraram agradecimentos ao colegiado de Membros e Membras e ao conjunto de seus servidores e servidoras que tornam possíveis o atingimento dos objetivos institucionais desta representação do Ministério Público do Trabalho que, no ano de 2022, completou 30 anos de atuação no Estado do Rio Grande do Norte.

LUIS FABIANO PEREIRA

Procurador-Chefe

GILMAR DOS SANTOS MELO

Assessor em Gestão Estratégica



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assinatura/Certificação do documento **PGEA 000924.2022.21.900/6 Relatório de Atividade nº 000183.2023**

Signatário(a): **GILMAR DOS SANTOS MELO**

Data e Hora: **16/03/2023 17:21:14**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LUIS FABIANO PEREIRA**

Data e Hora: **16/03/2023 18:00:28**

Assinado com login e senha

Endereço para verificação do documento original: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=9375515&ca=5DQJBHXKWC4SG5DH